‘‘Defender os direitos dos trabalhadores e lutar por mais conquistas para os mesmos; reafirmar o BNB enquanto indutor do desenvolvimento regional; e contribuir para o desenvolvimento do Nordeste por meio do combate às desigualdades regionais e sociais, são os pilares que compõem a missão da AFBNB’’.

Manter-se fiel a uma missão por 30 anos não é tarefa fácil. Mas se torna possível e prazerosa quando essa missão é o que move o dia a dia, o que estimula e incentiva a superar desafios, a encontrar saídas novas para velhas pendências, a renovar a esperança diante dos entraves. Tem sido assim com a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB) e assim permanecerá.

Ao longo de seus 30 anos a AFBNB buscou manter-se fiel à sua missão. "Defender os direitos dos trabalhadores e lutar por mais conquistas para os mesmos; reafirmar o BNB enquanto indutor do desenvolvimento regional; e contribuir para o desenvolvimento do Nordeste por meio do combate às desigualdades regionais e sociais, são os pilares que compõem a missão da AFBNB". Em três décadas, a Associação passou por muitos momentos: tempos de enfrentamento; tempos de abundância; tempos de perseguição; tempos de superação; mas, como numa constante, tempos de resistência e de

coragem, de muita luta e de participação e conquistas.

O tempo é hoje e deve ser vivido com intensidade e alegria; fortalecido por um passado honrado - e quantas vitórias a AFBNB acumula desde sua criação! - e por um futuro com a convicção de que as conquistas virão da luta coletiva, porque só a luta muda a vida.

2016 é especial, simbólico, por ser o ano em que a AFBNB celebra três décadas de existência. É o ano também de eleição para a diretoria e conselho fiscal da entidade. Por isso, este documento busca apresentar uma síntese de todo o esforço empreendido pela gestão Autonomia e Luta, eleita em 2014 pela ampla maioria dos associados e que diariamente se dedica a cumprir de forma autônoma e coerente a missão da entidade em sintonia com a base.

Amparado nos três eixos que compõem essa missão - reduzir as desigualdades regionais, fortalecer o BNB e defender os trabalhadores - socializaremos aqui um resumo daquilo que é cotidiano. A divisão é didática. As linhas da missão se conectam, se interrelacionam e se complementam.

Todas essas ações são pautadas, direta ou indiretamente, pelos trabalhadores do BNB, associados e representantes. Portanto, a cada um que nos abastece com informações, demandas, desabafos, críticas e sugestões, o nosso muito obrigado! Sigamos coesos e firmes, com coerência, autonomia e coragem! "O critério da verdade é a prática da vida" (Karl Marx).

"Defender os direitos dos trabalhadores e lutar por mais conquistas para os mesmos. "

O mundo do trabalho é uma constante disputa. Ao se escolher um lado, necessariamente se deixa de escolher outro. Ao lutar pelos direitos do trabalhador, a Associação acaba por cobrar, expor e enfrentar o patrão. Isso é lógico e tem consequências. Foi assim em todos os momentos da conjuntura, sucessivos governos e gestões do BNB. O que não se imaginava é que uma das mais intensas batalhas que a AFBNB travaria logo no início da gestão Autonomia e Luta partiria de dentro do próprio movimento: a retirada do acordo coletivo de 2014 das cláusulas que garantiam a liberação dos 3 dirigentes para a Associação e das contribuições em folha de pagamento dos associados - o que, se concretizado, comprometeria drasticamente o funcionamento e atuação da entidade.

De imediato, adota as ações cabíveis, entre elas judiciais. A Associação divulgou nota denunciando a conspiração contra a AFBNB e a organização dos trabalhadores, tendo recebido apoio de diversos sindicatos e entidades, a exemplo dos Sindicatos dos Bancários de Sergipe, da Bahia, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, AEBA, Fórum Mulheres do Fisco, Federação BA/SE entre outras. Meses após a assinatura do ACT 2014/2015, o BNB encaminhou ofício convocando os diretores liberados para retornarem ao Banco. Acionando a Justiça, a Associação obteve liminar favorável da 2ª Vara do Trabalho de Fortaleza, assegurando a liberação, tendo fundamentado que as mesmas se dariam até o fim do mandato (31/12/2016). Continuamos na luta para que esse equívoco seja corrigido e assim as liberações asseguradas no próximo mandato.

O início da gestão Autonomia e Luta já mostrava que não seriam anos fáceis. Mas muito de positivo também aconteceu: a maior inserção da AFBNB na seara jurídica (veja texto sobre ações judiciais); a aproximação qualificada junto a entidades e movimentos de trabalhadores, a exemplo do Fórum Mulheres no Fisco, das Confederações de Trabalhadores, ASSECAS entre outras; a consolidação das intervenções junto ao Parlamento, por meio das agendas institucionais em Brasília. Também na atual gestão foi adquirida a nova sede da AFBNB, mais ampla e bem localizada, no bairro Benfica, em Fortaleza.

Ações judiciais

No período de 2014 a 2016 a AFBNB ingressou com 5 ações judiciais.

A primeira, requerendo a correção dos saldos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (processo nº 1872-22.2014.4.01.3807), em face da Caixa Econômica Federal, distribuída para a Vara da Justiça Federal da Subseção de Montes Claros (MG). Todas as ações dessa natureza, em todo o país, se encontram paralisadas, aguardando o veredicto do STJ sobre o caso. Outra ação questiona o reajuste abusivo e a retirada dos genitores do plano natural da Camed, assunto oficializado junto à Agência Nacional de Saúde logo após o ocorrido, sem retorno positivo, o que levou a Associação a recorrer à via judicial. Os advogados da AFBNB entendem que há uma liminar garantindo o retorno dos genitores. O Banco discorda e descumpre. O caso segue aguardando definição da justiça.

Outra iniciativa foi a ação civil pública cobrando diferenças na PLR 2012. A ACP tramita sob o número 0001973-54-2014.503.0013 junto à 13ª Vara da Justiça do Trabalho em Belo Horizonte (MG). A ação, em caso de êxito, beneficiará a todos os associados da AFBNB. Pelas contas da Associação, cerca de R$ 300 milhões deixaram de ser repassados aos trabalhadores do Banco.

A PLR (dessa vez de 2015) também motivou outras duas ações: uma pelo pagamento do adiantamento e outra pelo pagamento integral. O processo tramita na 9ª Vara do Trabalho de Natal, com o número 0000606-35.2016.5.21.0009. Além disso, em outubro de 2014, a AFBNB denunciou ao Ministério Público da União/ Procuradoria Regional do Trabalho 7ª Região assédio durante greve no Banco do Nordeste do Brasil e denunciou/questionou ao Ministério Público do Trabalho a falta de isonomia em editais de concorrências internas do Banco e o bloqueio das mensagens enviadas pela Associação para os e-mails corporativos de seus associados.

Outras ações foram iniciadas antes de 2014/2016, mas tiveram desdobramentos nesse período: foi o caso da ação de acúmulo de cargos, que garantiu aos associados que exercem o magistério fora do Banco a permanência nos dois empregos, desde que não haja conflito de horários. Outra ação, de 2013, em cumprimento à deliberação da 44ª RCR, foi a Ação de Nulidade cumulada com cobrança contra a Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB (CAPEF). O objetivo é garantir o direito futuro dos funcionários do plano BD ao completar 30 anos no plano e, para quem já completou o número de contribuições, a devolução nos últimos cinco anos do benefício previdenciário.

Um dos momentos fundamentais de participação é a Reunião do Conselho de Representantes, este ano completando 50 edições. O encontro agrega formação, reflexão, debate sobre a conjuntura externa e interna do BNB e construção de alternativas por meio de deliberações aprovadas em plenário. São realizadas duas a cada ano. Durante a atual gestão foram seis edições de RCR, contando com a 50ª RCR. Os temas abordados foram: "Eventos internacionais no Brasil: impactos econômicos, sociais e regionais" (45ª RCR, em Natal/RN), "FNE, 25 anos: uma conquista do BNB e da sociedade e AFBNB, 28 anos: uma histórica de luta em defesa dos Trabalhadores e pelo Desenvolvimento" (46ª RCR, em Fortaleza/CE); “Nordeste: desafios e perspectivas para o desenvolvimento e Dignidade Previdenciária” (47ª RCR, em Beberibe/CE); "Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil" (48ª RCR, em Brasília/DF); "AFBNB 30 anos de lutas e conquistas contra as desigualdades regionais e sociais" (49ª RCR, em Fortaleza/CE) e "O papel dos trabalhadores na defesa dos seus direitos e dos órgãos públicos" (50ª RCR, em Salvador/BA).

Visitas às unidades

Nos últimos três anos, a diretoria da Associação procurou estar presente em agências/unidades de todos os estados da área de atuação do BNB, para ouvir as demandas, ver de perto as carências - de mão de obra, infraestrutura, tecnologia - e socializar as lutas da entidade. Infelizmente não é possível ir a todos os lugares. Uma das lutas, relacionada às agências, começou em 2015 e continuou em 2016: o fechamento das agências extrarregionais. Logo que o ano iniciou, a AFBNB lançou um abaixo-assinado virtual para a coleta de assinaturas visando à manutenção das agências extrarregionais do BNB. A campanha foi realizada através do site *peticaopublica.com.br*. Posteriormente, os comentários de apoio às agências foram encaminhados à Presidência do BNB, juntamente com a solicitação de revisão da medida, infelizmente sem êxito.

Outra petição pública criada pela AFBNB, por sugestão da base, foi reivindicando a dignidade previdenciária a partir da correção dos problemas do plano BD da Capef. Além do abaixo-assinado eletrônico, uma versão impressa foi enviada a todas as agências.

Campanhas

Após enviar ofício à presidência do Banco manifestando posicionamento quanto ao Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), a AFBNB encomendou ao escritor e ilustrador Klevisson Viana um cordel sobre o assunto. O texto ratifica o entendimento da Associação de que o plano não resolve o grave problema previdenciário dos trabalhadores do BNB, causado pelo esfacelamento do Plano BD da Capef. O cordel foi distribuído nas unidades do Banco e divulgado nos veículos de comunicação da entidade.

Outra campanha criada em resposta à ação do Banco foi a "Sai caro ser 'O Cara'". A crítica era ao perfil que o funcionário precisaria preencher para ser "O cara", que na opinião da AFBNB estimulava a competição e a rivalidade entre companheiros de trabalho.

O Banco do Nordeste é
Um patrimonio do povo
Banco de desenvolvimento
Que para lutar tem aprovo
E aqui vem ajudando
Fazer um caminho novo

Do início do mandato da atual gestão "Autonomia e Luta", em 2014, até o fechamento dessa publicação, em 16 de agosto de 2016, foram expedidos 421 ofícios para diferentes destinatários: Conselho de Administração do Banco, Parlamentares, Ministério Público, Presidência da República, sindicatos dentre muitas outros. No entanto, a maior parte deles foi dirigida à administração do BNB, para a qual foram enviadas demandas dos trabalhadores sobre temas como: endividamento, extensão da licença paternidade, mudança na operadora do vale-cultura, concorrência, transparência, calendário de pagamento e cálculo de PLR, revisão do plano de cargos, isonomia de tratamento, necessidade de mão de obra nas agências etc. Um desses ofícios foi na forma de notificação extrajudicial ao Banco registrando a insatisfação coletiva dos empregados do BNB, e em especial dos Técnicos de Campo lotados nas Centrais de Crédito do BNB, acerca dos valores pagos a título de diária e indenização por deslocamento/ quilometragem.

A diretoria participou de todos os cursos de integração promovidos pelo Banco para os quais foi convidada, ocasião em que apresenta aos recém chegados um panorama geral do BNB, convidando-os desde logo ao engajamento. Mesmo aqueles ainda fora do Banco - aprovados em concurso e demitidos na gestão Byron - têm suas pautas defendidas pela AFBNB, por compreender a carência de mão de obra como um entrave no Banco. Isso motivou, por exemplo, em 2014, articulação com a então deputada estadual Eliane Novais (presidente da Comissão de Direitos Humanos à época) que culminou na realização de audiência pública para discutir a convocação dos técnicos e analistas do Banco do Nordeste do Brasil. Posteriormente, questionou à administração do BNB quanto à ocupação da vaga dos desistentes do concurso 2010, reforçando a necessidade do convocação de aprovados em igual número até o prazo máximo previsto em lei. Mais recentemente, enviou ofício em março desse ano solicitando a prorrogação da validade do concurso. O pleito foi atendido pela gestão do Banco.

Reuniões

Além dos ofícios que formalizam as cobranças feitas pela AFBNB, os diretores da Associação, prezando sempre pelo diálogo, se reuniram com gestores de diferentes instâncias do BNB - de gerentes de agências ao presidente do Banco, passando por superintendentes e diretores - para tratar de assuntos gerais dos trabalhadores como também de casos individuais e de segmentos específicos, como os técnicos de campo.

Além de conversas com o diretor da área, nas quais a AFBNB enfatizou a peculiaridade das atividades dos técnicos e a crescente desvalorização na função.(algo preocupante e que pode vir a prejudicar a atuação do BNB em várias frentes), a Associação não mediu esforços no apoio ao VI Encontro de Técnicos de Campo do BNB, realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2016, em Recife (PE). O penúltimo encontro foi em 2009 e de lá pra cá as demandas se acumularam, tendo sido debatidas amplamente durante o evento. Durante o encontro foi aprovada uma moção de reconhecimento à AFBNB (veja quadro abaixo):

Moção de reconhecimento à AFBNB e pelo fortalecimento das lutas dos funcionários do BNB

Os trabalhadores do BNB reunidos por ocasião do VI Encontro dos Técnicos de Campo na cidade de Recife (PE), durante os dias 27 e 28 de maio de 2016, manifestam seu reconhecimento à Associação dos Funcionários do BNB - AFBNB -, enquanto legitima entidade de sua representação e dos demais funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Com esse entendimento, expressam a sua vontade de terem a referida Associação, AFBNB, representada no processo de negociação coletiva com o Banco, sobretudo por ocasião das campanhas salariais. Nestes termos, reivindicam a correção do equívoco histórico da exclusão da entidade desse processo, fato lamentável ocorrido após 25 anos à revelia do conjunto dos funcionários do Banco, inclusive como ponto necessário e essencial para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores do BNB na perspectiva da manutenção de Direitos e da obtenção de mais conquistas. Assim, reiteram todo apoio à luta da AFBNB, das entidades sindicais e da classe trabalhadora em geral. Recife - PE, 26 e 27 de maio de 2016.

Banco de sucessão, concorrências, parecer gerencial

2016 também foi ano de mudanças na CIN Pessoal e nas regras vigentes para concorrência, o que gerou inúmero questionamentos por parte dos trabalhadores mesmo antes das mudanças serem anunciadas, em julho. O estopim das reclamações foi a exigência do parecer gerencial, que gerou resoluções na 49ª RCR e motivou diversas intervenções por parte da AFBNB. Estas, por sua vez, resultaram na revisão da exigência do parecer, em julho: pela nova regra, se o candidato for aprovado para uma função superior e a unidade estiver com 80% de sua lotação, o gestor não pode se negar a liberar o funcionário, tendo até seis meses para isso.

Embora o processo de concorrência gere questionamentos constantes, em 2016 eles chegaram com mais força. Assim, em abril a AFBNB questionou por meio de ofício dirigido à Diretoria Administrativa fragilidades referentes ao banco de sucessão. Citou casos de funcionários do Banco preocupados quanto à impossibilidade de se submeterem aos referidos processos em decorrência de não possuíram formação escolar em nível superior no ato da inscrição. Na ocasião a AFBNB solicitou que fosse analisada a flexibilização do sistema "Banco de Sucessão", de modo a permitir a inscrição de interessados que se encontravam naquela condição, sugerindo que o Banco considerasse a exigência de graduação em nível superior somente quando da investidura definitiva na função, e não para efeito da inscrição e na fase de seleção.

As incoerências do banco também foram expostas pela Associação. Em maio, por exemplo, ofício da AFBNB questionava o Banco acerca da exigência de um curso que só seria exigido a partir de 1º de julho a quem se inscrevesse para uma vaga no banco de sucessão. No texto, a AFBNB reiterou que "casos dessa natureza levam ao descrédito e à frustração dos trabalhadores, que não vêem o processo de concorrência como uma política saudável e como forma de acesso transparente e idôneo às funções, o que é prejudicial aos mesmos e sobretudo à instituição".

Em junho, denúncia de que o Banco teria suspendido a progressão de nível nas funções levou a AFBNB a procurar o Banco e enviar documento questionando tal fato e mais uma vez reivindicando urgente reformulação do Plano de Cargos e Remuneração e a efetivação de uma política de recursos humano que valorize o trabalhador.

No dia 20 de julho, outro ofício tratou das mudanças nos critérios de promoção. Dirigido à Diretoria Administrativa e de Tecnologia da In formação, o documento relata as insatisfações dos funcionários e questiona a nova vigência das promoções. A AFBNB defende que as promoções dos funcionários que já haviam adquirido o direito devem ser aplicadas com base no normativo anterior, haja vista a modificação, bem como o oficialização ter ocorrido somente no mês julho, ou seja, seis meses após. Isto por uma questão de direito e para que não haja exposição do Banco por não estar cumprindo seus próprios normativos, e que tal incorreção não gere prejuízo a estes funcionários. O Banco respondeu afirmando que não houve prejuízo, mas a Associação contra argumentou.

Coligadas

A AFBNB participou dos encontros Capef/Camed. O acompanhamento das coligadas, em especial da Capef, ganhou reforço com a eleição do diretor regional Reginaldo Medeiros como conselheiro eleito no Conselho Delibe-

rativo da Caixa de Previdência, cuja presença tem aproximado a Associação de outras instâncias como a ANAPAR e inserido no Conselho Deliberativo temas de interesse da base.

Uma das maiores reivindicações da Associação é por transparência em todas as movimentações da Capef. Assim, em maio último, encaminhou ofício sobre alterações no cálculo do tempo passado, sugerindo à Caixa de Previdência "que toda e qualquer movimentação a ser realizada no âmbito dos benefícios dos Associados da Capef, seja em qual plano de previdência for, deva se dar de forma transparente, com amplo debate, com total domínio e conhecimento dos interessados, não de unilateralmente por parte da gestão da Caixa".

O acompanhamento dos assuntos previdenciários se dá também fora do âmbito da Capef. Nas agendas institucionais, em Brasília, a diretoria da AFBNB acompanha de perto projetos de lei e propostas visando alterações previdenciárias, sempre alertando o legislativo – sobretudo os da Bancada Nordestina – para os interesses dos trabalhadores.

Próximo ao fechamento desse relatório uma atitude da Camed levou a Associação a manifestar-se mais uma vez contra a Caixa e a favor dos associados: a proposta de mudança estatutária. A Associação reuniu-se com aposentados, debruçou-se sobre as alterações e viu que havia inconsistências e pontos divergentes dos interesses dos associados. Diante disso, solicitou à Camed/Banco o adiamento do processo de votação, para que o assunto fosse mais bem discutido e revistas as propostas de alteração. A AFBNB inclusive notificou extrajudicialmente a Camed/Banco quanto a isso. Até o fechamento desse material a demanda não havia sido atendida.

Plano de Cargos justo

A ausência de um plano de cargos compatível com uma instituição de desenvolvimento aliada às perdas salariais acumuladas ao longo de anos leva os funcionários do Banco a um endividamento preocupante. A pauta é antiga e ano após ano a cobrança se intensifica. Este ano essa pauta tem sido recorrente: seja por meio de ofícios ou de reuniões com gestores do Banco, a Associação tem tratado esse assunto para além da questão monetária e sim como causa de endividamento e adoecimento dos trabalhadores.

Interlocuções

Por compreender que a luta do trabalhador é uma só e que ela se fortalece quando somada, a AFBNB participa de encontros da categoria e intensifica o diálogo com outras entidades. Foi assim em eventos promovidos por diversos sindicatos, dos quais a AFBNB participou, como no Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia; em da Associação dos Empregados do Basa (AEBA), em congressos e demais fóruns da categoria.

Campanha salarial

Mesmo tendo iniciado a gestão fora da mesa oficial de negociação com o Banco, a AFBNB não se intimidou ao participar ativamente das campanhas salariais e das greves ocorridas no período. Funcionando como uma central de informação, a Associação tem desenvolvido um importante papel de não apenas informar, mas de mobilizar os trabalhadores para a importância da luta e da organização coletiva. Além de produzir textos formativos, de esclarecer dúvidas e de realizar visitas e atos nas unidades do Banco, reiterando a importância dos trabalhadores aderirem à greve, nos últimos anos, a Associação tem se visto obrigada a recorrer a instâncias externas nesse período, para denunciar práticas de assédio moral cometidas pelo Banco. Foi assim nas greves de 2014 e 2015, quando encaminhou ofício à Procuradoria Regional

do Trabalho, em Fortaleza (CE), no sentido de denunciar tais práticas.

Conselheiro representante

O BNB é o único banco público a não ter ainda o Conselheiro Representante dos funcionários. O assunto já foi tratado e cobrado inúmeras vezes, inclusive diretamente ao coordenador do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), do Ministério do Planejamento, durante reunião ocorrida em 2015. Mais recentemente o tema foi abordado durante reunião com a diretoria administrativa e de tecnologia da informação do BNB. A justificativa do Banco foi de que o processo precisou ser interrompido enquanto se discutia a Lei das Estatais e o impacto na legislação do Coref. Superada essa fase, o edital deveria ser lançado no mês de agosto de 2016.

Em vista da realização da campanha contra o câncer de mama no Brasil, que acontece em todo país em outubro de cada ano, a Associação tem publicado série especial de publicações sobre o tema. Além disso, pela inserção no Fórum Mulheres no Fisco, promoveu reuniões na agência Fortaleza Centro para falar sobre o assunto, acompanhada de especialistas e integrantes desse Fórum.

Reafirmação do BNB enquanto indutor do desenvolvimento regional

Durante a atual gestão Autonomia e Luta á frente da AFBNB, a presidência do BNB mudou nada menos que três vezes: a instituição foi presidida por Ary Joel Lanzarin, Nelson Antônio de Sousa e Marcos Holanda. A troca do presidente de uma empresa repercute internamente e altera a rotina já que cada um que entra quer montar sua equipe, alterar diretrizes, enfim, deixar sua marca. Para a Associação, isso é preocupante e mostra a fragilidade institucional do Banco, ainda usado como barganha política.

Em todos esses momentos, a AFBNB reiterou a necessidade de um perfil que alie reputação ilibada, experiência na gestão pública, conhecimento técnico, capacidade de diálogo com os trabalhadores e entidades representativas, dentre outras características. Sempre ratificando que o BNB e seus trabalhadores merecem respeito.

A atenção e o acompanhamento zeloso de informações relacionadas ao Banco levaram a AFBNB a questionar a direção da instituição e instâncias superiores - Conselho de Administração, Ministério da Fazenda, por meio de reunião com o Assessor Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda, Demetrius Cruz, também integrante do Conselho de Administração - sobre a medida que alterava a composição acionária da Instituição, dando ampla divulgação à base.

Agendas institucionais

Durante a gestão, foi intensificado o trabalho de articulação e mobilização política em Brasília, com ênfase em alguns projetos e emendas que, se aprovados, afetariam e enfraqueceriam o BNB. Um deles, cuja ação da AFBNB foi imediata, foi a PEC 87 - que incluía no rol dos recursos da Desvinculação de Receitas da União (DRU) os fundos constitucionais, reduzindo-os em 30%.

Textos para a opinião pública, ofícios, mobilizações junto à Bancada Nordestina: a AFBNB não mediu esforços para barrar a medida, culminando na realização do seminário "Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil", em agosto de 2015, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília, como parte da programação da 48ª RCR, que contou com a presença de 17 parlamentares que se somaram à AFBNB pela retirada dos fundos constitucionais da DRU - o que de fato aconteceu, mostrando que a mobilização social é fundamental para a luta.

Outro ataque direto ao Banco e à região ocorreu no apagar das luzes de 2015, com a edição da resolução nº 4.452 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que elevou a taxa de juros dos fundos constitucionais (FCO, FNO e FNE) para operações não rurais, passando de 8,24% praticados até então, para 14,12% a partir de janeiro de 2016.

De pronto, iniciado o ano, a AFBNB faz um chamamento à sociedade civil, em especial aos funcionários do BNB e à classe política para reverter a resolução. Foi realizado debate sobre o tema na sede da entidade, no dia 22 de janeiro, encontro que reuniu políticos e funcionários do Banco; lançado abaixo-assinado eletrônico na plataforma Petição Pública; feita articulação com parlamentares da Bancada Nordestina no Congresso Nacional.

Outra estratégia bem sucedida foi o agendamento do assunto nas editorias de economia da imprensa nos três primeiros meses do ano: matérias em jornais e blogs jornalísticos; em programas de TV (programa O Povo Economia). Ofícios a diversas entidades de trabalhadores e empresariais, como a Federação das Indústrias do Ceará, e a casas legislativas sugerindo a criação de um Frente Parlamentar para discutir e enfrentar a questão e fortalecer a luta em defesa do fundo constitucional, a exemplo da criada na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, através da Frente Parlamentar da Micro, Pequena e Média Empresa.

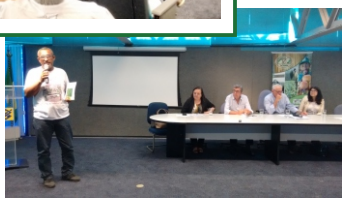
Durante a gestão, foram realizadas pela Diretoria da AFBNB 13 agendas institucionais (até agosto de 2016) em Brasília. Nessas viagens foram tratadas questões que afetam diretamente o BNB, com ênfase a novas e antigas ameaças: o projeto de lei 4330 (sobre terceirizações), o PL 555 (Lei das Estatais - atualmente PL 4918), que altera a governança das instituições públicas; a Resolução 4452 do CMN; o PLP 268/16 que altera a governança dos fundos de pensão, atualmente em trâmite na Câmara Federal; a Medida Provisória 733 que trata da liquidação e renegociação de dívidas de crédito rural; o PLP 076/2007, que versa sobre a expansão da área da SUDENE para Minas Gerais, todos os municípios do Espírito Santo e todos do Rio de Janeiro e o PL 532/2015 que trata da obrigatoriedade de repassar 10% dos recursos do Fundo Constitucional para cooperativas.

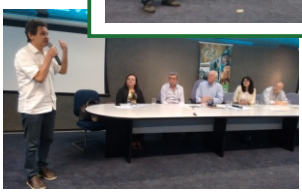
O PL 4330 foi um dos grandes enfrentamentos das entidades de trabalhadores em 2015, com manifestações nacionais e dias de luta por todo o país. A AFBNB, por meio de seus diretores, estiveram nas manifestações e trouxeram o debate para dentro do BNB.

Nessa batalha de argumentos contra e a favor dos projetos e emendas, a AFBNB se somou a outras instituições da sociedade civil e entidades de classe, aprofundando o diálogo e também apresentando as bandeiras específicas do BNB. Foi assim com as entidades que integram a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Agropacto) e Associação dos Servidores do DNOCS (Assecas) no enfrentamento à PEC 87; com o Comitê de Defesa das Empresas Públicas, na luta contra o PL 555/2015 (União Geral dos Trabalhadores, NCST, Contraf, CTB, FENAE, Federação Nacional os Portuários, CUT, e Federação Única dos Petroleiros/FUP).

Foi assim também com a ANAPAR, nos debates em torno do PLP 268/16 e com as Confederações - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) - quando o assunto foi o PL de expansão da área de atuação da Sudene, o PLP 076/2007.

Os projetos de lei de isonomia (PL 6259/2005) e reintegração dos demitidos (PL 343/2007) continuam sendo acompanhados pela AFBNB. Seriam tratados, inclusive, em reunião solicitada ao presidente do Conselho de Administração do Banco do Nordeste do Brasil, Ariosto Antunes Culau. Diante do não atendimento do pleito, num total desrespeito com a entidade e seus associados, e da mudança na presidência do Conselho, a AFBNB voltou a solicitar reunião, em julho desse ano, com o atual presidente, Ricardo Soriano de Alencar. Até o momento sem resposta.





Textos ressaltando a importância do Banco e a necessidade de manter viva e presente a missão da instituição foram publicados artigos na imprensa local, pela AFBNB, por ocasião do aniversário do BNB.

NORDESTE

O POVO

BNB - retorno às origens

Rita Josina Feitosa da Silva
ritajosina@afbnb.com.br

Presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB)

Há 64 anos o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) tem feito a diferença na região em que atua, pelo seu diferencial de instituição fomentadora de desenvolvimento, mantendo as portas abertas ao crédito independente das crises. O BNB surgiu em um contexto diferente das demais instituições financeiras: enquanto grandes bancos vão para locais onde o dinheiro circula, ele nasceu para mitigar os efeitos da seca de 1951, ofertando crédito e apoio a pequenos agricultores.

O fato é que, desde sua criação, a instituição sofre para se manter e, verdade seja dita, sem o devido respeito e valorização por parte do Governo Federal. Para a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB), isso não se deve à qualidade dos serviços prestados, já que seus trabalhadores são qualificados e comprometidos. Deve-se à ausência de uma política de desenvolvimento nacional consolidada, que compreenda as instituições regionais - como BNB, Sudene e Banco da Amazônia - como braço do Estado nas regiões.

Mas se deve, sobretudo, a práticas nada republicanas que utilizam instituições públicas como barganha política, como nomeações para administração baseadas em fisiologismo. Isso gera privilégios e talvez seja o primeiro passo para a troca de favores e a corrupção. O BNB não está imune e já estampou manchetes sobre desvios ou operações fraudulentas, algumas delas denunciadas pela própria Associação.

Além disso tudo, constantemente tramitam no Congresso Federal projetos de lei e medidas provisórias que ameaçam o BNB, por exemplo, quando se propõe a retirar do Banco a exclusividade da operacionalização dos recursos do FNE - principal fonte de recursos estáveis; ou quando se inclui na proposta de Desvinculação de Recursos da União a retirada de 30% dos recursos do Fundo Constitucional, esta última ameaça superada com muita luta.

Sem dúvidas, a melhor e mais eficaz maneira de enfrentar tantos fatores contrários é ter sempre em mente a essência do BNB, lembrar dos motivos que levaram à sua criação. O BNB não é banco comercial! É instituição de desenvolvimento! Como tal, deve ter seus resultados medidos não em cifras, mas no impacto de sua ação. Nesse processo de retorno às origens, um ator deve ser tratado com prioridade: o trabalhador. Ter seus direitos respeitados e condições de desenvolver bem suas atividades é fundamental para que o Banco seja forte e possa enfrentar os desafios postos, que não são poucos diante de uma realidade bem complexa.

Desde sua criação, a instituição sofre para se manter e sem o devido respeito e valorização do Governo Federal

O BNB não é banco comercial! É instituição de desenvolvimento! Como tal, deve ter seus resultados medidos não em cifras, mas no impacto de sua ação

Nossa Voz

Junho 2015
Informativo da AFBNB

Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O que aguarda o presidente do BNB?

Banco do Nordeste

Não precisa ser nenhum expert em planejamento para saber que se os problemas não forem resolvidos na medida em que surgem eles crescem até chegar ao ponto de "não haver jeito que dê jeito". Quer um exemplo? Basta não pagar a fatura do cartão de crédito ou mesmo pagar apenas o "mínimo" e ir postergando a dívida. Em pouco tempo o desastre em suas finanças estará feito. É fato.

Na administração pública a regra deveria ser a mesma, mas devido a uma série de entraves, sobretudo burocráticos, quase sempre o tempo para resolver pendências se estende, às vezes para muito além do razoável.

No BNB tem sido assim para inúmeras questões dos trabalhadores, com um agravante: além dos entraves burocráticos, "esqueletos" deixados por gestões passadas continuam assombrando diariamente aqueles que não poupam dedicação e empenho à instituição: os funcionários do Banco.

Considerando o advento de mais um presidente no BNB, a Associação traz nessa edição do Nossa Voz algumas dessas pendências para as quais deseja ver soluções que atendam ao que se espera há anos, levando em consideração que as mesmas se direcionam tanto para as relações de trabalho e recursos humanos quanto à própria instituição Banco do Nordeste do Brasil.

Boa leitura!

Denúncias

Vigilante com os assuntos do Banco e primando pela transparência e pela ética no uso dos recursos públicos, a Associação enviou ofício à Controladoria Geral da União no Ceará, solicitando atenção ao caso de Campos Sales. Em outro caso oficializado à presidência do BNB, com cópia Conselho de Administração e Comissão de Ética Pública da Presidência da República, solicitou apuração sobre as denúncias de suposta ligação entre empréstimos feitos no Banco, a Cervejaria Petrópolis e Operação Lava Jato - que estampou páginas na mídia nacional.

Trabalhar pelo desenvolvimento do Nordeste, através do combate às desigualdades regionais e sociais

A defesa pelo fortalecimento do BNB e de sua área de atuação estão interligadas uma a outra e não poderia ser diferente, uma vez que as instituições regionais são peças-chaves para uma política nacional de desenvolvimento.

Portanto, ao discutir partilha dos royaltes do pré-sal, privatização das empresas pública, mudanças nas leis trabalhistas e na previdência, modelo federativo brasileiro, impactos da crise mundial, a AFBNB está discutindo pautas que repercutirão na região e em seus trabalhadores, de uma forma ou de outra. Estar atento aos cenários e às tendências, estimular o envolvimento dos trabalhadores do BNB nessas questões macro e ter uma postura ativa diante das ameaças à região é o que a AFBNB vem fazendo.

> "Não há solução para o Brasil sem solução para o Nordeste. E não há solução para o Nordeste sem solução para o semiárido"

O documento com propostas para a região, intitulado "Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil" foi construído nessa perspectiva de contribuir com a superação das desigualdades regionais. A cartilha foi enviada a todos os candidatos à presidência da República no pleito de 2014, e entregue em mãos à então candidata Dilma Roussef e posteriormente, após eleita.

Em reunião com o Chefe da Assessoria Especial da Secretaria- Geral da Presidência da República, Delcimar Martins, a diretoria da Associação tratou de questões relacionadas à sua missão e reforçou o pedido de audiência com a Presidenta da República, formalizado por ofício protocolado no Gabinete.

Em setembro de 2014, em razão da comemoração dos 25 anos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, a AFBNB publica artigo cobrando do governo e dirigentes do Banco medidas que valorizem, entre outros pontos, a exclusividade do BNB na operacionalização dos recursos que compõem o Fundo. Em novembro do mesmo ano, a Associação participou do Seminário "25 anos: Fundos Constitucionais, Financiando o Desenvolvimento", em Brasília.

As agendas institucionais junto ao parlamento – federal, estadual e/ou municipal – durante a gestão mostram quãol amplo é o leque de ameaças que rondam, mas sem dúvida uma das piores se apresentou em 2016 com a Resolução do Conselho Monetário Nacional que aumentou os juros nas operações do FNE. O assunto foi abordado com a liderança da minoria na Câmara dos Deputados, o coordenador da Bancada Nordestina, além de senadores e deputados federais, mas antes foi tema de um debate na sede da Associação, em janeiro, com a presença dos deputados federais José Airton (PT-CE) e Chico Lopes (PCdoB-CE), este último autor de um mecanismo para reverter a Resolução, apresentado em fevereiro: um Projeto de Decreto Legislativo determinando que as taxas de juros para utilização de recursos do Fundo Constitucional de Desenvol-

vimento do Nordeste (FNE), elevadas em mais de 70%, retornassem a seu nível normal. Diante da pressão, o Governo federal e CMN recuaram, reduzindo as taxas, mas ainda além das praticadas anteriormente à Resolução.

Outro assunto em pauta foi o

Projeto de Lei do Senado PLS 273/2010, do Senador José Bezerra, que visa a alterar a Lei 7.827/1989, para obrigar o repasse de recursos do FNE para outras instituições financeiras federais. Entre as articulações feitas pela AFBNB, foi enviado ao senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ofício com fundamentações que apontam para a inconstitucionalidade do PLS e argumentos contrários ao Projeto, reiterando a importância da manutenção dos recursos no BNB e solicitando audiência para tratar sobre o assunto.

Também em junho, uma das medidas mais esperadas era a sanção da Lei de conversão da MP 707/2015 (Lei 13.295/2016), referente à renegociação de dívidas rurais que beneficiaria, especialmente, os pequenos produtores do semiárido nordestino,

Entidade alerta para aumento de juros nas operações do FNE

Nova taxa de 14,12%, estipulado pelo Governo, poderá retrair tanto o fundo como atuação do BNB

O Governo Federal, através do Conselho Monetário Nacional (CMN), emitiu a Resolução Nº 4.452, no último dia 17 de dezembro de 2015, que elevou os juros das operações não rurais no âmbito dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste (FNE, FNO e FCO) a partir de 1º de janeiro de 2016. Assim, os juros vão a 14,12%, enquanto que, no ano passado, eram de 8,24% (para micro, pequenas e médias empresas, sem considerar o bônus de adimplência, que é de 15% sobre os juros).

Segundo a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste (AFBNB) – que representa grande parte dos trabalhadores da instituição, e que há muito tempo luta por um projeto nacional de desenvolvimento com recorte regional –, posicionou-se contra o aumento dos juros do FNE imposto pela Resolução do CMN. Para a Associação, o recorte regional se perfaz por ações diferenciadas para as regiões com maiores desigualdades econômicas e sociais em todas as políticas, programas e projetos do Governo Federal. "Assim, [a AFBNB] defende que os juros diferenciados para os Fundos Constitucionais têm que ser o padrão nesse contexto. Tal entendimento não deveria ser objeto de lutas, mas compreendido como fundamental para a integração produtiva do País", destaca a entidade, em nota.

Reflexos

Com a elevação dos juros dos Fundos Constitucionais, o Governo torna os fundos não competitivos, não diferenciados, diferentemente daqueles operados, por exemplo, pelo BNDES ou pela FINEP. "Mais uma medida que não considera o recorte regional; não compreende a necessidade de apoio diferenciado a regiões que no processo histórico da formação econômica do Brasil contribuíram substancialmente com a riqueza da nação, e, especialmente, do Centro-Sul do País", destaca a associação.

Para o diretor de Comunicação e Cultura da AFBNB, Derisval de Lima, a medida significa uma temeridade para a área de atuação do BNB, uma vez que deverá retrair os negócios no âmbito do fundo, bem como para a própria instituição. "pois o FNE responde hoje por mais de 50% do crédito de longo prazo da Instituição". Além disso, "outro aspecto que se deve considerar é a ameaça ao BNB, pelo iminente risco de não aplicar adequadamente os recursos do FNE, o que não será difícil de ocorrer com o aumento da taxa de juros", ressaltou.

Com a ameaça, Derisval chama a atenção para o envolvimento da sociedade. "Cabe à sociedade se contrapor a essa lamentável medida: empresários, produtores, entidades de classe e, principalmente, os parlamentares da Bancada nordestina, no sentido de reverter a injustificável decisão. O FNE deve continuar sendo subsidiado, acessível e, sobretudo, voltado para os pequenos", finalizou.

> "Outro aspecto que se deve considerar a ameaça ao BNB, pelo iminente risco de aplicar incorretamente os recursos do FNE."
> **Derisval de Lima, diretor de comunicação e cultura**

uma vez que reabria prazos e concedia benefícios para a quitação ou renegociação de financiamentos, com remissão para saldos de até R$ 10 mil.

A MP havia sido aprovada pelo Senado em maio desse ano, após todo um processo de negociação e articulação feita durante meses, envolvendo Governo, MF/STN, parlamento, entidades de produtores e agricultores familiares, bancos públicos etc, resultando na convergência dos termos do texto da MP 707, impactado pela compreensão da convivência com

adversidades climáticas históricas na região Nordeste e o contexto de seca nos últimos 5 anos.

A Lei 13.295/2016, no entanto, foi vetada tendo sido editada outra MP, a 733/2016, a qual apesar de abranger a renegociação de dívidas dos produtores rurais não o faz na abrangência do que havia sido definido pelo projeto de Lei de conversão da MP 707, particularmente quanto à remissão de dívidas para saldos até R$ 10 mil, posicionamento questionado pelos agricultores, principalmente, quando se possibilita, indistintamente, sem qualquer qualificação, rebate de dívidas e bônus para operações com saldo acima de R$ 500 mil.

A AFBNB fez articulações políticas, produziu textos, provocou o debate inclusive com o Senador José Pimentel (PT-CE), com a liderança da minoria na Câmara e o deputado José Guimarães (PT-CE).

Como reação de defesa, diversas emendas que recuperam diretamente os termos contidos na lei precitada foram apresentadas por parlamentares, demonstrando que a luta travada pelas entidades de trabalhadores, como a CONTAG, surtiram efeito.

Independente e autônoma, a AFBNB buscou diálogo com o Deputado André Moura (PSC/SE), liderança do Governo na Câmara e na impossibilidade do contato realizou reunião com o Chefe de Gabinete do deputado, Gilberto de Almeida, oportunidade em que a AFBNB solicitou posicionamento e apoio em relação aos trabalhados pela entidade. Os pontos destacados foram: a não

expansão da área de atuação da Sudene para todos os municípios do Espírito Santo e do Rio de Janeiro; oretorno imediato das taxas de juros dos fundos constitucionais aos patama-res de 2015; não a qualquer tipo de flexibilização da operacionalização do fundos constitucionais, como a prevista no PL 532/2015, que tramita na Comissão de Finanças e Tributação; não à desvinculação de receita dos fundos constitucionais, ameaça novamente sendo ventilada após a derrota da PEC 87/2015.

Sudene

Em 2016 a AFBNB se reuniu em dois momentos (até agosto) com a superintendência da Sudene. No primeiro momento, em 5 de abril, com o então superintendente João Paulo Lima, a Associação resgatou todo o histórico de luta da entidade em relação ao Desenvolvimento Regional, incluso o apoio aos órgaõs regionais, como a Sudene, narrando o esforço e empenho pela recriação dessa Superintendência, e a luta pela inclusão do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no Conselho Deliberativo do órgão – o que não estava contemplado na proposta inicial – bem como com relação à manutenção nos mesmos patamares atuais da taxa de administração dos recursos do Fundo. Além

disso, mais recentemente, as articulações feitas em Brasília em torno de projetos e normativos que impactam o FNE, como a PEC 87/2015 e a Resolução 4.470 do CMN, assim como do PLP 76/2007, que versa não só sobre a inclusão de municípios de Minas Gerais na área de abrangência da Sudene, mas todos aqueles do Espírito Santo e também do Rio de Janeiro, e do PL 532/2015, que impõe repasse de 10% dos recursos do Fundo para cooperativas.

Por todo esse histórico a Associação considerou adequado participar do Conselho Deliberativo da Sudene, já tendo manifestado tal interesse junto aquele órgão. O superintendente afirmou na ocasião que a AFBNB seria convidada doravante para as reuniões do Condel/Sudene, como era em passado recente.

Nesse ínterim, o cenário político nacional mudou repercutindo nas instituições. Na Sudene, mudou o superintendente com o qual foi realizada reunião em agosto desse ano para ratificar as bandeiras de luta da Associação em favor da região, das instituições públicas, a exemplo do BNB e em defesa dos trabalhadores.

AFBNB 30 anos
Gestão Autonomia e Luta
2014/2016